

Amato defende conversão como saída para a crise

São Paulo — “É chegada a hora da decisão, de uma solução pautada em critérios que levem em consideração nossa realidade econômica, tecnológica e social e que não permitam projetos que desconsiderem a real melhoria de nossas condições de vida e progresso. De fundamental importância para o País, a conversão da dívida afigura-se como imprescindível à complementação do capital nacional e à abertura de novos empreendimentos, contribuindo para eliminar um fato inédito na história brasileira que é a fuga crescente de capitais”. A afirmação é do presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Mário Amato, ao presidir a abertura do seminário “Conversão da Dívida em capital de risco”, promovido pela Fiesp e pela Associação dos Exportadores Brasileiros. Segundo ele, este tema tem merecido, por parte dos empresários, uma defesa firme, porque o Brasil é carente de poupança interna e não tem condições de conseguir aportes de capital externo, apresentando no campo dos investimentos na produção uma situação de asfixia em que a iniciativa privada é a maior vítima.

De acordo com Amato, “para esta asfixia contribui a descomunal avalanche de medidas controla-

doras do poder público, com destaque para o Conselho Interministerial de Preços, que a pretexto de coibir abusos, acaba por inibir o lucro. Desta maneira, coloca em risco a própria essência do sistema capitalista”. Em seu discurso, o presidente da Fiesp afirmou que o desenvolvimento nacional manietado, entre outros fatores, pelo endividamento externo, necessita utilizar-se deste mesmo endividamento para desvencilhar-se das amarras e agir com desenvoltura na busca de novas fontes de capitalização. Em sua opinião, sem um gesto de maturidade e criatividade que permita aos credores externos transformar parte de seus créditos em participação acionária, o setor industrial do País poderá encaminhar-se para um processo involutivo.

“Uma abertura à participação de capitais externos em empresas brasileiras, seja por meio de aplicações em bolsa ou pela prática do livre mercado, mais do que uma solução soberana em termos macroeconômicos, afigura-se-nos como premiação à economia brasileira, que, assim, encontrará maiores recursos para os investimentos necessários, sem forçar o País a contrair novas dívidas” — frisou Amato.